



CONEDU

Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

A FORMAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR ATRAVÉS DA INSERÇÃO DOS ESTUDANTES EM PROGRAMAS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA UFRPE

Wagner José de Aguiar
Universidade Federal Rural de Pernambuco
E-mail: wagner.wja@gmail.com

Renata Alves de Brito
Universidade Federal Rural de Pernambuco
E-mail: renataalvesdebrito@gmail.com

Introdução

Discutir a formação ambiental na educação superior tem se mostrado como um movimento relevante na atualidade, sobretudo em virtude do caráter institucional que o debate tem ganhado. Desde a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) até o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), diversas orientações foram trazidas visando subsidiar a elaboração e a aplicação de políticas públicas educacionais nesse campo específico.

Segundo o Art. 10º da PNEA, “a Educação Ambiental (EA) será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (BRASIL, 1999). Tratar a EA como uma prática educativa integrada e contínua implica em processos de formação para além das disciplinas enquanto componentes curriculares, tendo as atividades complementares – no caso da educação superior – um papel crucial nesse sentido, ao ampliar espaços e momentos de formação.

Regidas pelas Leis Federais nº 6.494/77 e nº 8.859/94, as atividades complementares visam propiciar aos estudantes uma experiência formativa dentro do contexto real do trabalho em sua área profissional. No caso da UFRPE¹, a resolução nº 362/2011 distingue as atividades complementares em três categorias principais, sendo elas: atividades de Ensino (Iniciação à Docência, Discussões Temáticas e Tópicos Especiais), atividades de Pesquisa (Iniciação à Pesquisa e Vivências Profissionais Complementares) e atividades

¹ Sigla da Universidade Federal Rural de Pernambuco (www.ufrpe.br).



de Extensão (Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Produtos e Prestação de serviços).

Essas categorias de atividades supõem a promoção de políticas públicas, através de programas institucionais, uma vez que, em seu Art. 10º, as DCNEA orientam que “as instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da EA” (BRASIL, 2012). Nesse sentido, Marcomin e Silva (2009) reforçam os pilares da academia, enfatizando a importância da indissociabilidade para a inserção plena da EA na universidade.

Em meio a essas considerações gerais, o presente trabalho visa avaliar a relação dos programas institucionais de bolsa com a formação ambiental nos cursos de graduação, tendo por base um estudo de caso conduzido a partir da realidade UFRPE. Tal produto é resultado de uma pesquisa realizada em 2013 no âmbito do PET/Conexões de Saberes: Avaliação de Políticas Públicas em Ações Afirmativas para a Juventude (PET/MEC/SESu), no intuito de identificar potencialidades para o direcionamento de suas ações.

Metodologia

Este trabalho foi construído a partir de uma pesquisa exploratória (GIL, 1991), tendo como técnica a análise documental. Nessa direção, foram tomados utilizados os anais das Jornadas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE (JEPEX), realizadas nos anos de 2010, 2011 e 2012, disponíveis em CD ROM. A escolha do período justifica-se pelo fato de 2010 ter sido o marco de algumas mudanças para alguns programas de bolsa, como o PIBID e o PET, e de 2013 ter sido o ano em que a pesquisa foi realizada.

A opção pelos anais desse evento específico decorreu do fato de a JEPEX representar o maior evento institucional promovido anualmente na UFRPE, e que promove a socialização de experiências das atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, de todas as unidades que integram a instituição, sendo elas as unidades da Sede (Recife), Unidade Acadêmica de Garanhuns/UAG (Agreste) e Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UAST (Sertão). Logo, permitiria uma visão global da realidade.

No tocante aos procedimentos adotados, foram inicialmente identificados todos os resumos que traziam os termos *ambiente* ou *ambiental*, ou qualquer outro termos similar. Selecionados os trabalhos, foram levantados os dados institucionais dos autores oriundos da graduação, sendo tipificados e qualificados os indicadores: unidade acadêmica, vinculação a programas institucionais e caracterização desses programas. Esses dados foram registrados e plotados com o suporte do *Microsoft Excel*.

Resultados e discussão

Conforme os dados levantados, foi possível observar para o indicador *unidade acadêmica* (Figura 1) que a maioria dos graduandos envolvidos nas experiências divulgadas na JEPEX era oriunda da unidade Sede. Tal observação pode se justificar pelo fato de a Sede agregar o maior número de cursos, sendo atualmente registrados: 10 licenciaturas (de um total de 14), 11 bacharelados (de um total de 21) e três engenharias (de um total de 5).

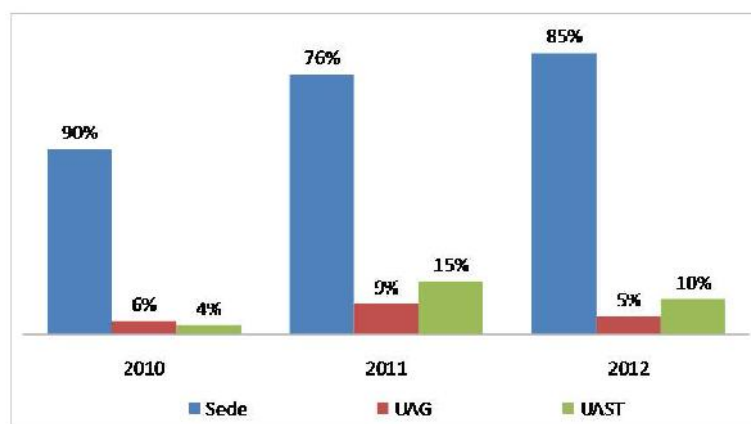


Figura 1. Origem dos graduandos quanto à unidade acadêmica.

Em relação às unidades do interior, observa-se que elas têm um movimento similar, no sentido de haver um aumento de representatividade de 2010 para 2011, e um decréscimo de 2011 para 2012. Logo, a primeira interpretação que se tem é de que a UAG e a UAST merecem uma atenção especial, em termos de um incentivo permanente, não em virtude da representatividade alcançada, mais do movimento demonstrado nos três anos.

Com relação ao indicador *vinculação a programas institucionais* (Figura 2), pode-se verificar, a partir de 2011 que o número de estudantes vinculados a

programas institucionais de bolsa passou a superar o número de estudantes não vinculados, o que leva a suposição de que os programas institucionais têm internalizado a dimensão ambiental nos seus processos formativos, fazendo jus à representatividade. Nessa direção, sobressai-se o Art. 3º da PNEA, o qual destaca que compete “às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem” (BRASIL, 1999).

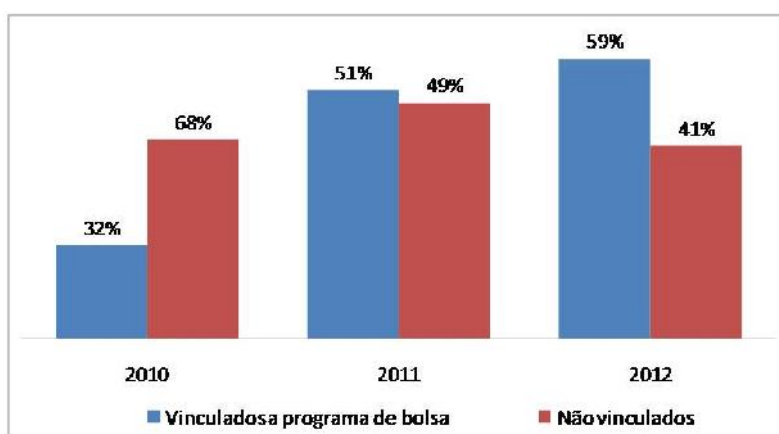


Figura 2. Perfil dos graduandos quanto à vinculação a programas institucionais.

No tocante à *caracterização dos programas institucionais* (Figura 3), houve a representatividade de programas ligados a atividades de ensino, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Educação Tutorial (PET); a atividades de pesquisa, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa de Iniciação Científica voluntária (PIC); e, a atividades de extensão, como as Bolsas de Extensão e o Programa Conexões de Saberes.

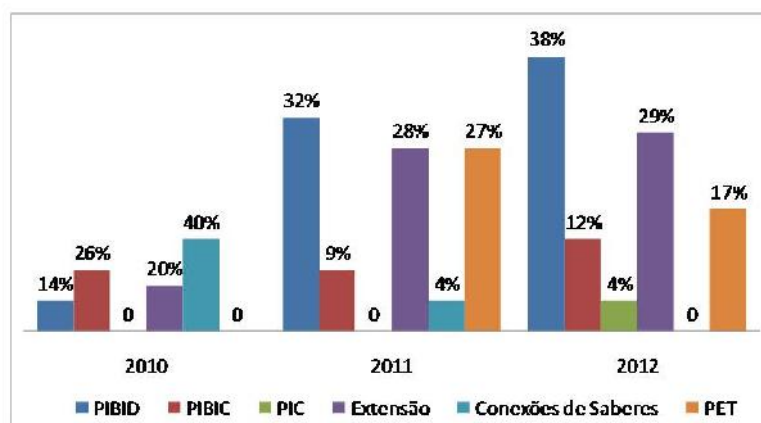


Figura 3. Caracterização dos programas institucionais representados.



CONEDU

Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

Dos programas representados, observou-se uma representatividade permanente do PIBIC, do PIBID e o de Bolsas de Extensão, visto que entre 2010 e 2011 o Programa Conexões de Saberes teve sua proposta incorporada ao PET, dando surgimento aos grupos PETs multidisciplinares. Por outro lado, tem se observado um aumento na representatividade do PIBID e do de Bolsas de Extensão, o que permite inferir que tais programas têm contribuído para a formação ambiental nas licenciaturas (no caso do PIBID) e dos demais cursos.

Conclusão

Conclui-se que a formação ambiental na educação superior tem se mostrado como um processo que segue por entre dificuldades e possibilidades, tendo nos programas uma via para a concretização das orientações dispostas na PNEA e nas DCNEA. No caso da UFRPE, se observou um aumento na representatividade dos estudantes vinculados a programas, tendo o PIBID e o de Bolsas de Extensão uma maior expressão através dos seus bolsistas.

Em meio às possíveis limitações da abordagem metodológica empregada, sugere-se a realização de análises posteriores, de modo que se possa ter uma resposta capaz de ratificar ou não as constatações feitas neste trabalho, apontando novas possibilidades de investigação com o emprego de diferentes técnicas e abordagens de pesquisa. Por fim, espera-se que o trabalho tenha contribuído para a ampliação do debate em outros contextos.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr., 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. **Contrapontos**, v.9, n. 2, p.104 - 117 - Itajaí, mai/ago. 2009.
